

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE REFLEXÃO

SILVA, Maria Raquel Avelino da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
raquel-avelino@hotmail.com

RÊGO, Janielle Kaline do
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
janielekaline@hotmail.com

BENICÍO, Professora Me. Débora Regina
Orientador (a)

RESUMO: O presente trabalho aborda as políticas públicas da educação especial em uma perspectiva inclusiva. O estudo possibilitou caracterizar a política pública e sua contextualização com a política educacional e a política para a educação especial no âmbito de inclusão, bem como identificar sua presença em alguns documentos relevantes, através deles, percebemos quais os interesses, avanços e recuos, as políticas de governo e os direcionamentos estendidos à educação especial no panorama inclusivo. Este estudo tem por objetivo pesquisar as políticas públicas que discorrem sobre a educação especial em uma perspectiva de inclusão e demonstrar que existem documentos que regem o direito à inclusão dos alunos com necessidades especiais, são leis e devem ser executadas por todos na sociedade a qual estamos inseridos. Para tal, a metodologia utilizada neste estudo é de cunho bibliográfico e documental, durante a pesquisa uma série de autores e documentos foram consultados, tais como: JANNUZZI (2004); MAZZOTTA (2003); MANTOAN (2001), entre outros. Foi possível compreender através do estudo que os discursos relacionados às políticas de inclusão propõem contemplar alunos com necessidades educacionais especiais na escola, buscando uma educação de respeito às diferenças e valorização de suas habilidades. Para tanto, visualizamos tentativas de implementação de políticas propositivas de mudança social e educacional visando à efetivação, na prática, dessas políticas tão almejadas pelas instituições escolares e sociais.

Palavras chaves: Políticas Públicas. Inclusão Escolar. Educação Especial.



INTRODUÇÃO

É impossível construir uma sociedade que seja de fato voltada para a cidadania, a ética e o respeito sem que a educação seja o suporte para produzir os pilares desse contexto social. A educação simboliza um direito de todos, ou seja, o sistema escolar deve acolher a todos, sem colocar em questão suas características cognitivas, comportamentais ou físicas. Assim, é importante analisar os problemas que são vislumbrados na educação nos dias atuais e lançar um olhar para as diferenças que perpassam a escola, em busca de promover a efetivação dos direitos de todos.

Buscando contribuir para o campo das políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, é propício adentrar em conhecer o sentido, o caráter, o discurso, os interesses e as estratégias das propostas de execução das políticas educacionais que constituem uma educação que promova a interação e diversidade, assim sendo, apresentamos o seguinte problema: Como as políticas públicas voltadas para educação especial no sentido de inclusão tem contribuído no processo de aprendizagem dos discentes?

O debate sobre a questão das políticas públicas de inclusão escolar no que se refere as pessoas com necessidades especiais passa, necessariamente, pela reflexão mais ampla sobre os grupos que têm sido localizados nos discursos fluentes da exclusão social.

De acordo com Oliveira (2010) se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

A educação especial que é uma das formas educacionais de diminuir o peso social negativo da diferença entre seres humanos, vem sendo motivo de estudos e reflexões, buscando se atentar para o significado social da exclusão. Como ponto central, em sua modalidade de ensino, traz a importância da inclusão. Um dos pontos iniciais da discussão sobre a relação entre os assim chamados “normais” e os definidos como “anormais”, e a alternativa de participarem do mesmo espaço físico. Iniciam-se, em meio a esse contexto, diversas discussões sobre a inclusão que vão desde a estrutura física das escolas, à competência dos professores em lidar com as diferenças até a gestão escolar.

Para Veigas (2003), a instituição escolar deve desenvolver, a partir da legislação vigente, propostas e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, partindo de níveis diferentes: currículo, gestão e metodologias. A construção de uma escola inclusiva se propõe a assumir um compromisso em se rever conceitos e paradigmas em questões do contexto educação, respeitando e valorizando a diversidade dos alunos, em busca de atender às necessidades e desenvolvendo o potencial do alunado.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis formais ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

O objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar de uma forma reflexiva as políticas públicas que discorrem sobre a educação especial em uma perspectiva de inclusão, além de apresentar de forma breve políticas de “inclusão” no Brasil, procurando compreender os processos pelos quais se articulam à educação especial.

METODOLOGIA

A metodologia para a construção desse trabalho utilizamos a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Tivemos como subsídios na construção do referente trabalho texto de autores como **Mazzotta (1996)**, **Mantoam (2001)**, **Jannuzzi (2004)**, entre outros, no que diz respeito estudo das políticas públicas sobre a educação especial no sentido de educação inclusiva. Buscando reflexões referentes às políticas públicas nacionais que permitam analisar criticamente as políticas públicas de educação especial no espaço escolar inclusivo, através de documentos, que têm como foco ou que abordam a educação como direito fundamental e/ou a educação especial.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros. Foram utilizadas categorias teóricas e dados já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007).

Ao empreender a análise sobre cada documento, este estudo centrou-se sobre as transformações nos sentidos atribuídos às práticas da educação especial e das identidades de seus beneficiários em diferentes tempos, constituindo eixos semânticos em torno dessas significações,

evidenciando relações dialógicas e de poder entre os documentos e os conteúdos estudados no método bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Quando nos referimos às políticas públicas educacionais, é necessário considerar o papel do Estado, mesmo que não tenhamos a pretensão de desenvolver a discussão sobre sua natureza, apenas ressaltar a importância fundamental para o entendimento do tema em estudo. Ainda que as políticas públicas estejam presentes no cotidiano escolar, explicá-las ou nomeá-las não é tão simples assim, para isso é preciso entender que todas as políticas públicas, inclusive as educacionais, estão vinculadas a um Estado que as define.

Este Estado organiza-se em diferentes níveis de atuação e cada qual tem um papel na definição e execução das políticas. As políticas públicas educacionais devem ser sempre concebidas com a conjugação dos dois propósitos das ações governamentais, quais sejam: produção de serviços públicos e produção de mudanças e avaliação de impactos.

Ao investigar como se estabelecem e são projetadas as políticas públicas educacionais, é necessário observar o contexto de construção em que elas nascem no país, embora se compreenda que um dos objetivos das políticas públicas na educação seja alcançar a qualidade do ensino público e isso precisa ser considerado a partir de uma escola autônoma; entretanto, não dispensada dos deveres do Estado para com ela. Na maioria das vezes os aspectos que são levados em consideração não condizem com as necessidades e especificidades das escolas.

Vieira afirma que:

Tomemos o caso da descentralização, que tem na municipalização do ensino fundamental e em outros desdobramentos, como a autonomia da escola, fortes determinantes. Esta tendência, defendida por muitos nos anos 80 foi aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso- FHC – e teve continuidade no governo Lula, assim, ao nos aproximarmos de um tema complexo como a análise das políticas públicas, é preciso especificar de que política está se tratando para que não parem dúvidas a respeito dos elementos de ruptura ou de continuidade em jogo. (VIEIRA, 2007, p.57)

Pelo o que é evidenciado nesta perspectiva, compreende-se que o momento histórico de um país pode dizer muito a respeito dos motivos que levam a implementar determinada política em

detrimento de outra. Com a finalidade que uma política pública atenda às demandas por desenvolvimento, é fundamental a participação de todos os envolvidos nos processos decisórios. Em uma relação dinâmica entre poder público e políticas públicas condicionando suas ações (ainda que por ele construído em tempos diversos) há que se considerar que a validade de qualquer política pública reside no atendimento das demandas da sociedade.

No que diz respeito ao processo educativo, observa-se a importância do direito social à educação para todos, evidenciando a relevância das políticas públicas incorporadas nas organizações de ensino, as quais produzem marcas profundas no processo de escolarização. Investir em políticas educacionais é condição indispensável para democratização social e desenvolvimento do país, possibilitando condições dignas de vida à população. Diante de tal contexto, notamos o entendimento da importância da educação nas sociedades atuais como fator de inclusão e desenvolvimento social.

Em sentido mais prático, quando falamos em Política Educacional estamos nos referindo às percepções e ações voltadas para o desenvolvimento do campo educacional, em sentido amplo. Assim sendo, as políticas educacionais formam um complexo tecido social onde os saberes, os discursos, a ordem, a ideologia, o controle se manifestam encarnadas na realidade com seus aspectos objetivos e subjetivos, numa complexa área com diversos lados e inúmeras ações especificamente políticas a serviço de determinadas emergências educacionais, sociais, políticas e econômicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

Ao tratarmos sobre políticas públicas de educação especial na perspectiva de inclusão temos a compreensão de quais políticas públicas em documentos legais são fundamentais para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo. Pontuar sobre as políticas públicas é condição para compreender seu significado, sentido, amplitude e mediações necessárias para a efetivação do direito à educação.

É perceptível que a importância dos debates referentes à inclusão de pessoas com necessidades especiais acaba nos levando para uma maior reflexão sobre o potencial transformador das políticas educacionais inclusivas dentro das instituições escolares, em que “a implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença” (BARRETTA E CANAN, 2012, p.6). A

Educação Especial é um dos temas relevantes da atualidade, com ela há o desafio de atender às necessidades e expectativas da sociedade em transformação, por meio da implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva.

Como parte de uma escola voltada para a diversidade, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva problematiza as práticas educacionais e passa a utilizar conceitos interligados à diferença como possibilidade de compreender a relação eu/outro na constituição da identidade e subjetividade do sujeito. Essa concepção defende o conhecimento e a convivência com a diferença como promotoras de uma ultrapassagem das práticas rotuladas, classificatórias da aprendizagem e dos preconceitos historicamente construídos em relação ao público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Após a Proclamação da República, a educação especial foi se expandindo lentamente, tal como a educação brasileira. Paulatinamente, a deficiência mental assumiu a primazia dos atendimentos, não apenas pelo aumento do número de instituições especializadas, mas também em virtude do peso que foi adquirindo, quer seja pelas preocupações em relação à saúde e com a eugenia da raça, quer seja pelas oriundas do fracasso escolar. (BUENO, 1993). Para o mesmo autor, o surgimento das primeiras instituições privadas de atendimento às pessoas com deficiência, instituirá as tendências importantes da educação especial no Brasil.

Diante desse contexto, o surgimento das primeiras entidades privadas marca preponderantemente na história de nosso país: a filantropia e o assistencialismo, colocando as instituições privadas em destaque no decorrer da história da educação especial brasileira, uma vez que o número de atendimentos realizados por elas era muito superior ao realizado pelas públicas, e, por essa razão tinham certo poder no momento de discutir as políticas públicas junto a instâncias governamentais.

Os movimentos de organizações internacionais foram muitos, e indicaram diretrizes para a inclusão da pessoa com deficiência. O Brasil, em diferentes governos, comprometeu-se em assumi-las. Tais atos resultaram na elaboração de decretos e leis que passaram a garantir a presença do estudante com deficiência no sistema regular de ensino.

Para Carneiro (2008), a efetivação das políticas públicas com vistas a uma educação inclusiva requer a sensibilização e a conscientização da sociedade e da própria comunidade escolar frente à diversidade humana; o desenvolvimento de parcerias entre escola comum e instituições especializadas; o reconhecimento da ausência de investimentos financeiros para capacitação em todos os níveis e, finalmente, o apoio permanente ao docente. Além disso, o atendimento

educacional especializado deve integrar o plano pedagógico da escola, abarcar a participação da família, atender às necessidades específicas desses alunos e estar articulado com as demais políticas públicas.

Sabemos que educação implica refletir sobre sua importância e necessidade iminente para vivermos com plenitude como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade. No entanto, o paradigma educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, com ênfase ao essencial de toda a educação, o ser humano. Nesse contexto, a implementação das políticas públicas de educação especial no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que respeitará a diversidade.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial – SECADI, as políticas públicas educacionais de educação inclusiva do Ministério da Educação e Cultura têm uma:

[...] trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2010, p. 7).

Nesse contexto a educação especial se organiza a partir de três eixos: constituição de uma estrutura no espaço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva; institucionalização de uma política de financiamento para a oferta de recursos e serviços para a eliminação das barreiras no processo de escolarização; e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas. A contribuição das políticas para educação especial referente à inclusão deve efetuar o direito à igualdade, onde este direito funcione com ações tolerantes, para que essas políticas sejam justas para com todos.

Segundo Barbosa (2005), faz-se necessário o conhecimento de todos os elementos para sanar o problema, tais como a demanda de recursos disponíveis ou ausentes. No sentido das políticas públicas relacionadas à igualdade de oportunidades na educação inclusiva, é importante estipular uma estimativa de acordo com a realidade das escolas, com base em um diálogo com as mesmas, para assim, através de uma definição de ações educacionais coletivamente, elaborar-se uma política de atendimento integral, que contemple as suas necessidades.

O objetivo das políticas públicas, visando à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais para atender aos dispositivos legais é, segundo Mittler (2003), garantir o



acesso e a participação de todos em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco de exclusão social e escolar.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fundamentado no processo histórico da educação especial enquanto subárea do conhecimento foi criada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), considerando a inclusão como novo paradigma da atualidade. Esse documento define a educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de educação básica, destacando ainda a importância do atendimento especializado e atuação de modo transversal, ou seja, a educação especial perpassará todos os níveis de ensino.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A política citada salienta em sua apresentação que:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, p.5).

De acordo com essa visão, a política pretende assegurar a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tendo por objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem destes alunos, orientando os sistemas de ensino a promoverem respostas às necessidades educacionais especiais.



A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com vistas a incluir o novo aluno na educação regular, propõe atividades diferenciadas nas escolas, não substitutivas ao ensino regular, mas como complemento ou suplemento, com vistas à autonomia e independência na vida social. O documento também apresenta como resultados, respondendo aos compromissos assumidos junto a organismos internacionais, um panorama do crescimento das matrículas em instituições regulares em comparação com as escolas especiais e das matrículas em escolas públicas em comparação com as escolas privadas.

Para Mantoan (2006), a educação inclusiva suprime a subdivisão dos sistemas escolares em modalidade de ensino especial e ensino regular, onde as escolas passam a atender aos alunos em conjunto, sem discriminar diferenças, sem trabalhar a parte com alguns ou sem ter classes especiais, e sim atende a todos de forma apenas a adaptar-se às necessidades específicas educacionais de cada aluno como um todo. Atingindo-se assim todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.

A sociedade brasileira passa a ser responsável por fomentar um debate democrático acerca da inclusão, analisando seus reflexos e ponderando possíveis avanços ou retrocessos. No entanto, se observarmos que, há muitos anos, os protagonistas desta discussão eram pessoas jogadas à própria sorte, ou segregadas a espaços não sociais, estar hoje discutindo qual a melhor forma de garantir qualidade a sua escolarização pode, certamente, já ser encarado como uma conquista rumo ao respeito da diversidade humana.

Contudo para o combate à discriminação e como forma de garantia de direitos fundamentais, a nova política propõe a inclusão de todos na escola regular, buscando redefinir a identidade dos alunos da educação especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e seu discurso não têm se apresentado como consenso sobre o que seja o melhor às pessoas deficiência em nossa sociedade, produzindo respostas e ecos de vozes que passam a ser significadas como origens de práticas discriminatórias. Como efeito dessas relações dialógicas, entre os documentos são produzidos e reproduzidos sentidos que fazem calar ou serem ouvidas determinadas vozes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas em um contexto de inclusão são um grande desafio para a escola e seus educadores, faz-se necessário estabelecer nas escolas às leis, para que desapareçam os vestígios de

uma sociedade que, ao longo de sua história, perseguiu e humilhou as pessoas com necessidades educativas especiais.

As análises e interpretações discutidas no presente trabalho foram fundamentadas a partir das leituras de estudiosos na área de educação especial no que se refere às políticas públicas em uma visão inclusiva, e também em documentos legais. O intuito foi refletirmos sobre construção de uma escola de qualidade para todos na filosofia inclusiva, buscando uma política pública efetiva de educação inclusiva, a que deve ser gradativa, contínua, sistemática e principalmente planejada para ofertar aos alunos com necessidades educacionais especiais educação de qualidade que proporcione na prática, na ação docente, na aprendizagem e nas relações intersociais a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola democrática.

A educação brasileira tem como desafio a garantia do acesso e da permanência de todos os alunos na escola, inclusive os alunos da educação especial numa perspectiva inclusiva. As escolas são diferentes, que interagem entre si, partindo de características como a história, cultura, estrutura organizacional e o contexto sociocultural no qual se insere, e onde cada criança aponta suas particularidades, seu perfil e estratégias de aprendizagem, diversidade de ritmos, de interesses, de capacidades que precisam ser respeitados e valorizados para que o processo de aprendizagem tenha um bom resultado e o aluno possa aprender com prazer e satisfação.

Diante das pesquisas e estudos realizados para a construção deste trabalho, acreditamos que a efetivação das políticas públicas de educação especial, num viés inclusivo, no contexto educacional, é de grande importância e que é necessário que elas sejam analisadas, discutidas, planejadas e que seja considerada a realidade na qual será implementada, visando uma modificação construtiva nos espaços da escola, de forma que todos sejam contemplados de forma justa.

Portanto, ao mesmo tempo em que são realizadas as propostas de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva em escolas, é preciso ter atitudes e ações práticas para que se consiga atingir os objetivos, contribuindo com a aprendizagem dos alunos e com uma educação para a diversidade. Esperamos o surgimento de outras políticas na perspectiva inclusiva, reformas e propostas que possam ser discutidas, aprofundadas, reinventadas, no cenário educacional especial inclusivo, pois as discussões não se limitam neste estudo, pois é uma temática ampla, que pretende instigar novas leituras, análises, considerações e atitudes favoráveis a uma política de educação para todos.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zélia Maria Ferraz. **Novos Modelos Institucionais na Educação Profissional e o Problema da Sustentabilidade: O Caso dos Cets de Itabirito e Timóteo do CEFET-MG.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública Gestão de Políticas Sociais). Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2005.

BARRETA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais.** IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva_05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **Secretaria de Educação Especial. Marcos políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 10 ago. 2017

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JANUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: SP: Autores Associados, 2004. – (coleção educação contemporânea).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo. Memnon Edições Científicas, 2001.

_____. **Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. In: **Ensaio pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação. Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>>. Acesso em: 12 fev.201

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VEIGAS, Conceição de Maria Corrêa. **Educação Profissional: indicações para a ação: interface educação profissional/ educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples**. In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V. 23 n.1 jan/abr. 2007.7.



